

AS HISTÓRIAS DE VIDA QUE ME CONCEBEM DOCENTE E DEFENSORA DOS DIREITOS HUMANOS

The life stories that made me a teacher and human rights defender

Pollyana Lúcia Mangabeira¹
Antônio Basílio Novaes
Thomaz de Menezes

RESUMO: As narrativas (auto)biográficas refletem um movimento de compreender os significados de si e as concepções constituídas. É um processo imprescindível para pensar o que se faz com os sentimentos suscitados ao narrar os próprios percursos de vida. Nesse sentido, colocando-me em primeira pessoa, verso sobre como me concebo professora e defensora dos Direitos Humanos (DH). Com o objetivo de refletir sobre a contribuição das abordagens narrativas (auto)biográficas no entrecruzamento das histórias de vida com a formação docente, busco compreender que histórias da minha existência sensibilizam-me a educar em DH.

Palavras-chave: Narrativas (auto)biográficas. Formação docente. Direitos Humanos.

ABSTRACT: (Auto)biographical narratives reflect a movement to understand the meanings of oneself and the conceptions constituted. It is an essential process to think about what one does with the feelings raised when narrating one's own life paths. In this sense, putting myself in the first person, I talk about how I see myself as a teacher and defender of Human Rights (HR). With the aim of reflecting on the contribution of (auto)biographical narrative approaches in the intersection of life stories with teacher training, I seek to understand which stories from my existence sensitize me to educating in DH.

Keywords: (Auto)biographical narratives. Teacher training. Human Rights.

¹ Mestranda em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), <http://lattes.cnpq.br/7061924442912397>, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), polyana.ana@hotmail.com;

INTRODUÇÃO

Imergindo em minhas histórias, na tessitura de narrativas (auto)biográficas (Souza, 2007), encontro fundamentos para as escolhas que conduzem a minha existência enquanto ser social e, sem dissociação, os meus percursos formativos e docentes, que tomam como base a Educação em Direitos Humanos (EDH). Paulo Freire diz que "ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro horas da tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, na prática e na reflexão sobre a prática". (Freire, 1991, p. 58). Pensando na formação docente através das narrativas (auto)biográficas, é significativo refletir a prática junto com as histórias de vida.

Em busca dessas histórias, com o objetivo de escrever uma justificativa pessoal para um trabalho de pesquisa, percebi que as minhas decisões de vida, de profissão e de pesquisa foram impactadas com os acontecimentos que permeiam a minha existência desde a infância. Para compor a escrita, precisei perguntar-me como o interesse pelo tema “Educação em Direitos Humanos” surgiu. Procurando as respostas, observei que precisava buscá-las em um passado mais longínquo e, embora eu estivesse narrando as minhas histórias, em alguns momentos senti-me surpreendida pelo fato de descobrir os fundamentos de algumas ações que estão no meu fazer docente. Os autores Növoa e Finger ajudam-me a pensar sobre isso, afirmando que

A abordagem biográfica reforça o princípio segundo o qual é sempre a própria pessoa que se forma e forma-se na medida em que elabora uma compreensão sobre o seu percurso de vida: a implicação do sujeito no seu próprio processo de formação torna-se assim inevitável. (Növoa e Finger, 1988, p. 117).

Ainda sem esse conhecimento teórico, pude perceber que eu estava vivenciando uma situação de (trans)formação, pois o meu objeto de discussão, também de emoção, passou a ter outra significação. Depois do exercício de escrever a justificativa pessoal, tive a oportunidade de encontrar-me com os textos de Növoa e Finger (1988) e Souza (2007), os quais deram-me a consciência das possibilidades

formativas das narrativas (auto)biográficas. Nóvoa e Finger (1988) versam sobre a formação individual e coletiva desse processo. Inclusive, dizem que a tomada de consciência ocorre ao assumir a palavra, mas o saber é gerado no compartilhamento das narrativas. Em seus escritos também consta que

[...] É evidente que o adulto tem que construir a sua própria formação com base num balanço de vida (perspectiva retrospectiva) e não apenas numa óptica de desenvolvimento futuro. Deste modo, o conceito de reflexividade crítica deve assumir um papel de primeiro plano no domínio da formação de adultos. (Nóvoa e Finger, 1988, p. 115).

No caso concreto, a ação consciente de pensar e de escrever a partir das experiências vividas, trouxe-me (auto)conhecimento e compreensão do presente por meio de fatos passados. Revelou-me, ainda, que o compartilhamento das narrativas (auto)biográficas, em discussão, é importante também para argumentar a relevância da Educação na luta pela garantia de DH, não como salvadora, mas como espaço de discussões emancipadoras. Dentre uma amplitude de discussões imprescindíveis que o tema provoca, inclui-se a desconstrução do senso comum de que os DH são destinados a “bandidos”. Aliás, o termo “bandido” também necessita ser debatido em uma perspectiva histórica, confrontando a estrutura da sociedade e analisando, criticamente, os porquês de favelas e de unidades prisionais serem ocupadas por uma maioria de pessoas pretas, por exemplo.

A ESCRITA DE SI DESVELANDO-SE COMO PRÁTICA FORMATIVA

A infância...

Nesse diálogo, irei emergir da infância para partilhar os acontecimentos que perpassam o meu existir na vida, na pesquisa e na docência. Darei partida da década de 80, em uma “página infeliz da nossa história”, como versa Chico Buarque (1984) em sua composição “Vai Passar”. Esse tempo era a Ditadura Militar, momento em que fez iniciar e efervescer as discussões sobre os Direitos Humanos no Brasil e na América Latina. Naquela década eu sequer conhecia esse termo, também não era

confrontada por violações de direitos diretamente, já que eu tinha acesso à escola, à alimentação e a determinados bens culturais, inimagináveis pelas crianças que viviam no meu entorno. Essas crianças, amigas de um momento que deveriam fazer florescer a imaginação, amargavam com o sentimento da fome, com a falta de acesso à escola, com os castigos físicos e psicológicos e, óbvio, com a estrutura racista da sociedade brasileira.

A cruel determinação social do lugar que o povo pobre, sobretudo preto, deve ocupar contribuiu para o silenciamento definitivo de algumas dessas vozes antes que chegassem a ser adultas(os). É importante enfatizar que essas crianças não “entraram no mundo do crime”, na verdade, criminosos foram o Estado e a sociedade, que atentaram contra a mínima possibilidade de vida daquelas pessoas, escolhendo para elas esse caminho. Na ausência de garantias de direitos básicos, não é clichê afirmar que foram vítimas de uma estrutura social que condena, especialmente, as diferenças raciais.

Nossos caminhos seguiram opostos, mas será que foi sorte? Ou será que foi a tal meritocracia que premiou os meus esforços? Como supracitado, “enfrentávamos a mesma tempestade, mas em barcos diferentes”. Ou seja, vivenciávamos a ausência de estrutura social e a violência explícita naquele ambiente comunitário, mas eu não sofria com os mesmos dissabores que elas.

Pensar nesses percursos é entendê-los como formadores de vida que se entrelaçam com os múltiplos processos de mim mesma. É perceber também que “[...] Auto.Bio.Grafar é saber-poder conceber-se, reconhecer-se sob várias peles, renascer de outras maneiras no processo de reflexão narrativa”. (Passeggi, 2023, p. 9). Afinal, são histórias coletivas que se internalizam na minha individualidade de ser humana, de ser professora e de ser pesquisadora. Elizeu Clementino de Souza, dissertando sobre (auto)biografia, histórias de vida e práticas de formação, diz que

Quando invocamos a memória, sabemos que ela é algo que não se fixa apenas no campo subjetivo, já que toda vivência, ainda que singular e auto-referente, situa-se também num contexto histórico e cultural. A memória é uma experiência histórica indissociável das experiências peculiares de cada indivíduo e de cada cultura. (Souza, 2007, p. 63).

Até um certo momento, essas memórias estavam resguardadas no inconsciente, trazê-las à consciência me (trans)forma em um ser com propriedade para defender os Direitos Humanos, tecendo argumentos concretos para essa atitude, sobretudo, na defesa de que a Educação é um instituto privilegiado para fomentar esse diálogo.

O contexto político...

Com as memórias ainda marcadas, muitos anos depois, encontrei-me com o discurso “bandido bom é bandido morto”, expressivo na então campanha eleitoral de 2018 e direcionado, sobretudo, à(ao) jovem negra(o) e da periferia. Não pode parecer repetitivo que as pessoas pretas estão na base da desigualdade social, isso é um fato perceptível. Também não pode parecer sucessiva a afirmação de que a fundamentação para essa injustiça social encontra-se na formação dessa sociedade que é eurocêntrica e escravocrata. Realizadas as ressalvas, eu preciso dizer que a frase acima mencionada sempre me faz revisitar a infância daquelas crianças e, nesse movimento, o conflito interno é inevitável. Na realidade daquelas crianças, e de tantas outras, faltam parâmetros de sentimentos como afeto e cuidado. Sendo assim, como pode a sociedade cobrar desses sujeitos comportamentos iguais aos de pessoas com oportunidades infinitas? Como ofertar ao mundo aquilo que nunca experienciou? Em que medida os detentores de oportunidades têm parâmetro para desferir frases de efeito em relação às experiências que nunca precisaram viver como a fome e a dor na alma? Mesmo em forma de escrita, tecer esses questionamentos causa-me indignação e dor.

Nesse contexto político, de viés extremista, que desconsiderava as inúmeras formas de violência contra as minorias, que atacava políticas públicas como ações afirmativas para acesso às universidades e ações contra à homofobia, por exemplo, mantive-me inquieta e disposta a debater. E como um impulso para a tríade que me acompanha no decorrer desta escrita de mim mesma, vida, docência e pesquisa; tive a prazerosa oportunidade de assistir a um programa de TV, chamado Globonews

Literatura, o qual versava sobre uma discussão literária entre o jornalista e as pessoas em situação de privação de liberdade. Ao mesmo tempo em que discorriam sobre as literaturas lidas, relatavam fatos de suas vidas que demonstravam a impossibilidade de um encontro com o mundo literário. Os fatos cruéis se misturavam ao deleite de narrar as suas leituras. Assim, também fui impactada por esse misto de sentimentos, ora o sorriso estampava meu rosto, ora a minha testa franzia.

Esse programa de TV aliou-se às discussões políticas das quais eu participava no então contexto, foram determinantes para eu refletir sobre a possibilidade de deixar a profissão de contadora para me tornar educadora, especificamente, com o desejo de ser professora de pessoas em situação de privação de liberdade. Porque “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece” (Larrosa, 2020, p. 18)². Com esse sentimento, submeti-me ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e fui aprovada para o curso de Pedagogia.

O ingresso na universidade...

Ao ingressar na universidade, encontrei-me com as ideias de Paulo Freire (2021) que concebe a educação como um ato político, e político porque não pode ser unilateral, reivindica um diálogo com as múltiplas realidades. O pensador defende que “o diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu”. (Freire, 2021, p. 109). Essa pronúncia envolve a complexidade da tomada de consciência de si na sociedade como processo de libertação da situação de oprimido. Essas concepções instigaram ainda mais o meu objetivo de estar na academia.

Logo nos primeiros meses de curso, em confluência com as minhas convicções, surgiu a seleção de um projeto de extensão para dialogar com

² Trecho retirado do livro: Tremores: escritos sobre experiência. A primeira versão deste texto foi lançada na Revista Brasileira de Educação, no ano de 2002, resultado de uma palestra apresentada pelo autor no I Seminário Internacional de Educação de Campinas, no ano de 2021. Está disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt>>.



adolescentes em medida socioeducativa. O projeto, com base freireana, desenvolve suas ações com viés emancipador, já que tem a consciência que lida com sujeitos de direitos. As leituras e discussões que realizávamos foram muito relevantes para eu consolidar a concepção de educação que eu viria a formar e defender. Principalmente, para compreender que as histórias de vida dos sujeitos educandos também são base formativa e devem compor o espaço educativo.

Em um outro momento do meu percurso acadêmico, experienciei um projeto de ensino com crianças a respeito de Direitos Humanos. As discussões realizadas pelas crianças e as análises que elas fizeram do tema em relação às situações concretas de suas vidas foram surpreendentes. Essa vivência trouxe-me uma outra perspectiva na Educação, o de mediar diálogos, mesmo nos espaços de Educação Infantil, que possibilitasse desenvolver a cultura dos DH, englobando um processo emancipador, de respeito às diferenças e, consequentemente, de cidadania.

O projeto supramencionado inspirou a escrita do meu Trabalho de Conclusão de Curso, fazendo-me perceber que seja qual for o espaço educativo em que eu esteja, a relação que deve ser estabelecida entre educadora e educandas(os) é a de aprendentes em um desenvolvimento que utilize o *com*, não o para.

O tema Educação em Direitos Humanos é objeto da minha pesquisa do mestrado e durante as leituras eu tive contato com o pensamento do filósofo Norberto Bobbio sobre os Direitos Humanos, que defende-os como decorrentes de lutas históricas. Bobbio diz que

Do ponto de vista teórico, sempre defendi — e continuo a defender, fortalecido por novos argumentos — que os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas. (Bobbio, 2004, p. 9).

As lutas históricas, que Norberto Bobbio cita, ainda buscam minimizar as desigualdades e as violências que eliminaram as chances das crianças, que permearam este relato, viverem. As ações afirmativas, por exemplo, resultante dessas lutas, não são privilégios, mas uma forma inalcançável de reparação histórica em

favor das minorias.

O fazer docente no chão da escola...

Com essas vivências internalizadas, cheguei ao chão de uma escola localizada em uma comunidade rural, de uma forma mais branda daquela narrada acima, deparei-me com situações de vulnerabilidade. De imediato, fiz-me algumas exigências, Paulo Freire estava presente em todas elas. Primeiro, decidi que o amor era a maneira com a qual eu precisava lidar com aquelas crianças e com aquelas famílias; depois, busquei pensar em estratégias para desenvolver encontros junto *com* as crianças, os quais dialogassem sobre elas e que pudessem promover o debate com suas famílias. Em seguida, realizei diálogos com as famílias em que, de forma sutil, provocava-as a refletirem sobre os direitos que possuem. Em todos os momentos, eu buscava mediar conversas e ações em que a Educação em Direitos Humanos fosse proposta, entendendo-*a* como um processo, e não como um conteúdo isolado, devemos tomá-la como base desde as situações mais corriqueiras, como um conflito no parque; até as situações mais complexas, como um caso de racismo.

CONCLUSÃO

Quando penso nesses percursos de vida, das minhas memórias, percebo o quanto eles estão conectados com o meu ser docente, com o meu ser social e com o meu ser pesquisador. Identifico, ainda, o quanto foram determinantes para a maneira com a qual eu concebo e vivencio a Educação. Essas histórias de minha vida entrelaçam-se com as histórias de vida de outrem e me põem em um constante movimento reflexivo e conflituoso com as demandas educativas que experiencio. Sinto uma necessidade emergente de transformar todos os momentos em oportunidade de efetivar a EDH e de mediar propostas que provoquem as(os) educandas(os) a questionarem suas existências na sociedade e a tomarem consciência delas para que, inconformadas(os), possam lutar pelo direito de *ser mais* (Freire, 2021).

Além de entender-me e de autoconhecer-me nesse processo imersivo, comprehendo que quando eu narro o que sinto com o que me afeta, estou existindo e refletindo nas minhas experiências coletivas. A (auto)formação que o compartilhamento de narrativas suscita traz-me ressignificação social e profissionalmente, além de consolidar as minhas escolhas e os reflexos delas nas minhas ações enquanto professora e defensora dos DH. Interpreto, assim, que minhas práticas não descolam da essência de justiça, de direitos e de democracia que estiveram atacadas nas minhas trajetórias. É dessa forma que as crianças, aqui discutidas, se desvelam nas minhas histórias de vida e nas minhas reflexões-ações-reflexões.

REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, apresentação de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. ISBN 9788535215618.
- BUARQUE, Chico. **Vai passar**. Barclay/Polygram/Philips: 1984. 6:04 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V3IGVFVbE9k>. Acesso em: 02 out. 2024.
- FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021. 256 p. ISBN 978-85-7753-418-0.
- LARROSA, Jorge. **Tremores: escritos sobre experiência**. Tradução Cristina Antunes, João Wanderley Geraldi. 1^a edição, 6^a reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- NÓVOA, António; FINGER, Matthias (Org.). **O método (auto)biográfico e a formação**. Lisboa: Ministério da Saúde, Departamento dos Recursos Humanos da Saúde, 1988.
- PASSEGGI, Maria da Conceição. Transformações das figuras de si e do outro na mediação biográfica. **Revista linhas críticas**, v. 29, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/48135/38465>. Acesso em: 02 nov. 2024.
- SOUZA, Elizeu Clementino de. (Auto)biografia, histórias de vida e práticas de formação. In: NASCIMENTO, A. D.; HETKOWSKI, T. M. (Org.). **Memória e formação de professores**. (online). Salvador: EDUFBA, 2007. 310p.